

GLOBALIZAÇÃO, ESTADO E NEOLIBERALISMO

Selina Maria Dal Moro¹

A globalização, como processo de integração econômica, política e cultural em nível mundial, é inerente ao modo de produção capitalista. Pela sua própria natureza, o capitalismo se expande, concentrando-se e centralizando-se mediante a apropriação da mais-valia. No processo de globalização, redefinem-se as estruturas e as funções do Estado: o Estado amplo cede lugar ao Estado restrito - Estado mínimo. As políticas neoliberais, orientadoras do capitalismo moderno, objetivam-se em estratégia para a maximização do lucro; com apoio na tecnologia moderna, estão levando amplos setores populacionais à exclusão socioeconômica, política e cultural.

¹ Professora e diretora da Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo. Mestre em Sociologia da Educação pela Iesae - FGV, Rio de Janeiro.

A idéia da globalização, atualmente, está na ordem do dia. “Aparece nos acontecimentos e interpretações relativas a tudo o que é internacional, multinacional, transnacional, mundial e planetário. Ressoa em toda a reflexão sobre capitalismo, socialismo, ocidente, oriente, islamismo, cristianismo, modernidade e pós-modernidade”(Ianni, 1993:9). Tornou-se tema de debates obrigatórios nas esferas econômicas e assunto presente no cotidiano do mais comum dos cidadãos. Apresenta-se revestida do caráter de *novidade*, ou como *mais uma novidade* num mundo que está pontilhado de novidades.

No complexo debate em torno desse tema, entretanto, não figuram, a não ser em círculos restritos, algumas questões fundamentais, sobretudo as que decorrem da relação entre *globalização e capitalismo*.

As *Jornadas Pedagógicas* realizadas ao longo do período letivo corrente (1996) nas escolas públicas estaduais, iniciativa das DE/SEC, e um encontro com educadores dos mais diversos pontos do estado permitiram que se constatasse que, no âmbito educacional, poucas vezes criaram-se espaços para debater temas dessa natureza.

Palestras realizadas sobre o tema nesses eventos deixaram um saldo a favor dos educadores a ser pago com a sistematização das idéias trabalhadas e das que emergiram de debates entre palestrantes - professores e professores - professores.

Este estudo ensaia a sistematização solicitada. Ao mesmo tempo, deseja responder ao desafio encaminhado pelo projeto de pesquisa denominado "O lugar da escola na periferia urbana", de delinear o amplo contexto em que se insere a dinâmica das populações urbanas na busca de condições favoráveis de vida.

O estudo foi articulado em torno de três eixos: globalização e capitalismo; dinâmica do capitalismo e reestruturação do Estado; políticas neoliberais e globalização.

A reflexão final introduz a temática sobre *educação e globalização*, tema que comporá um novo capítulo, em fase de preparação.

GLOBALIZAÇÃO E CAPITALISMO

A globalização é uma velha questão do capitalismo, a ele atrelada desde o início, ou seja, desde os remotos tempos de mercantilismo. Como diz *Ianni*:

a globalização da sociedade, em curso nesta altura da história, vinha ocorrendo em décadas e séculos anteriores. O capitalismo, com o qual nasce o mundo de que falamos no século XX, é um modo de produção e reprodução material e espiritual que se forma, expande e transforma em moldes internacionais. O mercantilismo, capitalismo comercial ou acumulação originária ligam cidades, países e continentes, assim como rios, mares e oceanos. (1993:36).

O capitalismo é um sistema intrinsecamente globalizante: “Como um sistema vivo e em constante expansão, o capitalismo, existe há 500 anos. Sempre foi internacional em seu escopo e durante os dois ou três últimos séculos alcançou dimensões globais” (*Sweezy*, apud *Ianni*: 1995:55).

A rigor, a história do capitalismo pode ser vista como a história da mundialização e da globalização do mundo, um processo histórico de larga duração, com ciclos de expansão e retração, ruptura e reorientação. Do século XVI ao XX, caminha-se passando pelo mercantilismo, pela acumulação originária, pelo absolutismo, pelo depotismo esclarecido, pelas revoluções burguesas, pelos imperialismos, pelas revoluções de independência, pelas revoluções socialistas, pela construção do terceiro mundismo e pela globalização em marcha nesta altura da história. O que tem mudado ao longo do tempo é a forma, o grau de intensidade e de qualidade de que têm se revestido esses processos universalizantes nos quais são envolvidos países, estados, empresas e cidadãos. É no bojo da história do capitalismo que devem ser vistas e analisadas as relações postas e repostas entre Estado-mercado e sociedade.

Como pode ser vista, então, a história moderna e contemporânea?

Segundo *Ianni*:

Como uma história de sistemas coloniais, sistemas imperialistas e da geoeconomia política. Como cenário da formação e expansão dos mercados, da industrialização, da urbanização e da ocidentalização, envolvendo nações e nacionalidades, culturas e civilizações e, que, algumas dessas, precisamente as mais poderosas, em cada época, articulam colônias, protetorados ou

territórios em conformidade com as suas estratégias, geoeconômicas e geopolíticas. (1995:25).

O *novo-velho* tema da formação de uma sociedade global já se fez presente nos escritos de Marx e Engels. Em sua obra, Marx empreendeu uma extensa análise sobre o processo de globalização, dividindo-o em duas fases: a primeira corresponde à mundialização da esfera da circulação de mercadorias e do capital, aí correspondendo à constituição e expansão do mercado mundial a partir do século XVI, à implantação violenta de um sistema colonial que recriou, inclusive, a escravidão, bem como desenvolveu um sistema de trocas desiguais; a segunda acontece quando o capital “estende os seus interesses produtivos (extrativos e, posteriormente, industriais) a todo o globo, integrando-o em um sistema internacional de divisão e de apropriação do trabalho...”(Steffan apud Germano, 1996:3).

Isso decorre das características essenciais do modo de produção capitalista, que podem ser assim descritas:

1. o capitalismo é intrinsecamente orientado para o crescimento;
2. este crescimento se objetiva em valores reais e se apóia na exploração do trabalho vivo que ocorre no processo produtivo;
3. o capitalismo é, por necessidade, tecnológica e organizacionalmente dinâmico (Germano, 1996:3).

Pela sua própria natureza, o capitalismo expande-se pela geografia e pela história das nações e continentes, atravessando mares e oceanos. Integra e reintegra, progressiva e ciclicamente, os mais diversos espaços, as mais diferentes formas sociais de vida e de trabalho, concretizando a idéia de *economia-mundo* ou *sistema-mundo*, conforme as acepções, respectivamente, de F. Braudel² e Immanuel Wallerstein³.

Escreve Ianni:

² Fernand Braudel em *A dinâmica do capitalismo*, tradução de Carlos da Veiga Ferreira, 2. ed. Editorial Teorema, Lisboa, 1986, p. 85-87, esclarece o conceito: “Por economia mundial entende-se a economia do mundo globalmente considerado, ‘o mercado de todo o universo’, como já dizia Sismondi. Por economia-mundo, termo que forjei a partir do alemão *Weltwirtschaft*, entendo a economia de uma porção do nosso planeta somente, desde que forme em todo econômico”. Para Braudel uma economia-mundo pode ser identificada por uma triplíce dimensão: 1- ocupa um determinado espaço geográfico; 2- submete-se a um pólo, a um centro. 3- depois, vêm as zonas intermediárias á volta do eixo central, e finalmente, as margens vastíssimas que, na divisão do trabalho que caracteriza uma economia-mundo, mais do que participantes são subordinadas e dependentes”.

³ Immanuel Wallerstein em *El moderno sistema mundial*, tradução de Antonio Resines, siglo Veintiuno Editores, México, 1979, pp. 489-491 - caracteriza sua acepção de *sistema mundo*. Um sistema mundial é um sistema social, um sistema que possui limites, estrutura, grupos, membros, regras de legitimação e coerência. Sua vida resulta das forças conflitantes que o mantêm unido por tensão e o desagregam, na medida em que cada um dos grupos busca sempre reorganizá-la em seu benefício.

Em todos os casos, ainda que em linguagens diferentes, está em causa a formação e o funcionamento de sistemas econômicos e políticos, articulando nações dominantes e dependentes ou países metropolitanos, dominantes e coloniais... A reprodução ampliada do capital, compreendendo os processos de sua concentração e centralização, translada fronteiras próximas e distantes, assim como mares e oceanos. Entretanto, no limite, a acumulação do capital, o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção tendem a localizar-se no país dominante, imperialista, central ou metropolitano. (1993:38).

Immanuel Wallerstein, em sua teoria de *sistema-mundo*, teve como imagem fundamental um centro ou cerne, estendendo seu poder sobre regiões periféricas e, ao mesmo tempo, ligando-as (*Outhwaite*, 1996:340). "Nestas zonas periféricas, a vida dos homens faz lembrar, freqüentemente, o purgatório ou inferno", assinala *Braudel* (1986:87).

GLOBALIZAÇÃO E ESTADO

Outro ponto a destacar diz respeito ao papel do Estado no processo dinâmico do capitalismo.

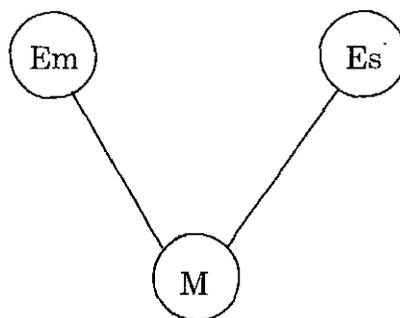
No transcurso do século XV até meados do século XVI, ocorre o surgimento do Estado centralizado e soberano e que antecipou a estrutura daquilo que seria o Estado capitalista. Trata-se do Estado absolutista, que se desenvolveu sob a égide do mercantilismo, um sistema protecionista mediante o qual se potencializou a expansão do capital. A empreitada colonialista desses séculos e o expansionismo das economias centrais traziam a marca do Estado-nação, seja de Portugal, Espanha, Holanda, França e Inglaterra. A propósito disso, *Wallerstein* diz que o capitalismo tem sido capaz de florescer precisamente porque a *economia-mundo* continha dentro de seus limites, não um, mas múltiplos sistemas políticos (apud *Ianni*, 1995:29). "Este dado constitui-se", segundo *Germano*(1996:4), "clara evidência de que uma economia mundial, não corresponde, por conta do princípio de soberania, a um Estado-mundo, embora alguns Estados - mais poderosos - possam desfrutar de maior autonomia do que os outros".

O fato é que se levam em consideração as diferentes conformações assumidas pelo capitalismo ao longo do tempo e evidencia-se a notória

tendência internacionalizante da economia convivendo com sistemas políticos nacionais. É nesse âmbito que ocorre a integração *Estado-mercado-empresa*, configurando épocas distintas, de acordo com o grau de tensão resultante do embate entre as diferentes forças sociais.

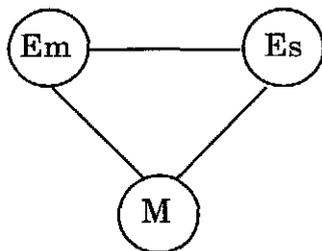
Göran Therborn (1996:39) simboliza as conjunturas do capitalismo com um triângulo com três instituições centrais: os Estados, as empresas e os mercados. Cada vértice desta figura detém um poder específico: "O Estado, o poder político (que pode ser autoritário ou democrático); as empresas, o poder empresarial (que é o poder de mando e também, poder de negociação) e o sistema de mercados, o poder de competição, o poder competitivo". O autor ilustra a história institucional do capitalismo, começando pelo capitalismo competitivo da segunda metade do século XIX. *Em* significa Empresa; *Es*, Estado e *M*, Mercado.

Capitalismo competitivo clássico

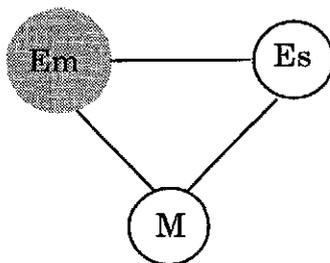


ERRATA DAS PÁGINAS 48 E 49

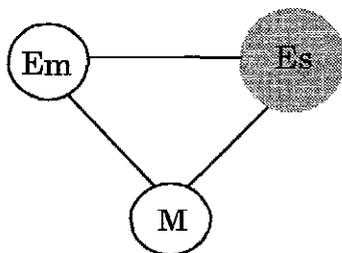
1. *Capitalismo competitivo clássico*



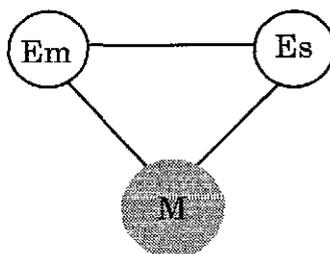
2. *Capitalismo organizado (ou monopolizado)*



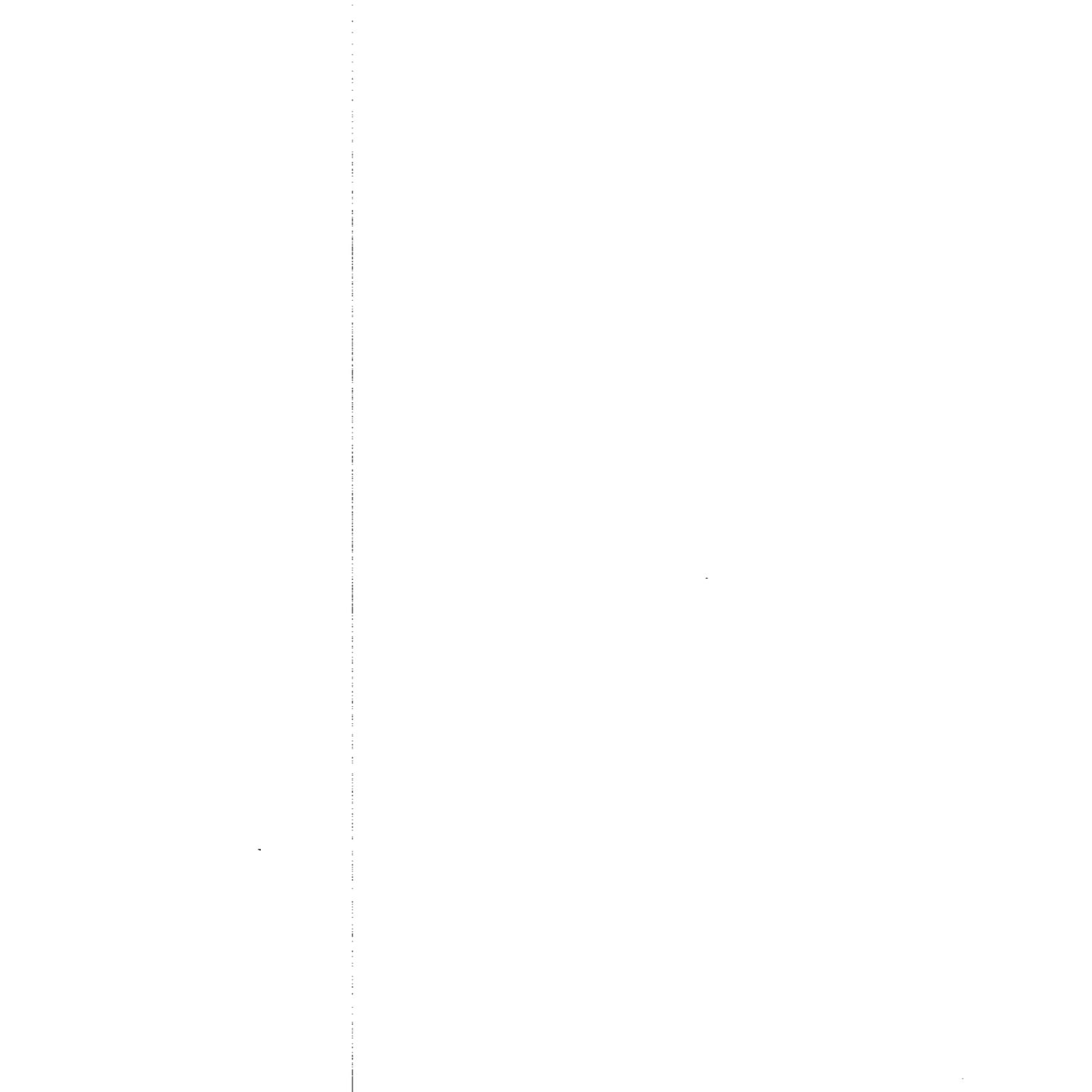
3. *Capitalismo do bem-estar*



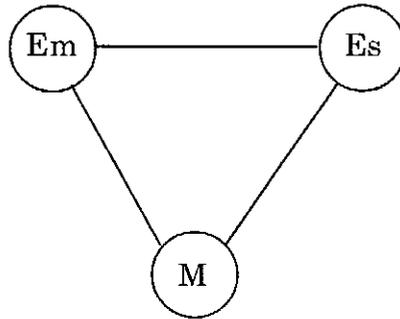
4. *Capitalismo competitivo (atual)*



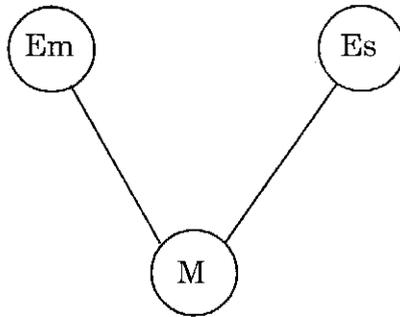
Observação: O paralelo deve ser estabelecido entre os elementos do triângulo e não entre os triângulos.



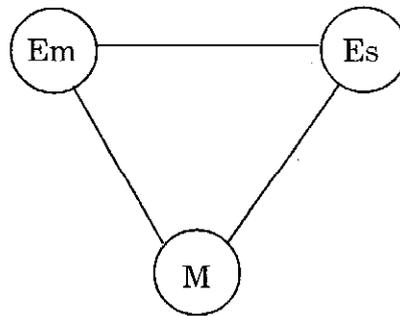
Capitalismo organizado (ou monopolizado)



Capitalismo do bem-estar



Capitalismo competitivo (atual)



Observação: O paralelo deve ser estabelecido entre os elementos do triângulo e não entre os triângulos.

Em contraposição a um estado absolutista, intervencionista e mercantilista, surgem após revoluções e, com o capitalismo do século XIX, o *Estado-liberal*, dito não-intervencionista e que se organiza sob a fórmula *mais mercado, menos Estado* (segundo triângulo). A seguir e como reação, inclusive das classes trabalhadoras às crises decorrentes da ação das forças legais do mercado que provocaram duas guerras mundiais, recessão, desemprego em massa, miséria, totalitarismo, etc. - emblemas da época que *Hobsbawm* denominou como a "Era da Catástrofe" (1914-1945) - desponta com o *capitalismo organizado* novamente o Estado intervencionista. Trata-se do *Welfare State* ou *Estado do bem-estar social* (terceiro triângulo), promotor do crescimento econômico acelerado, do pleno emprego, da ampliação dos direitos sociais, num espaço histórico e, sobretudo, localizado nos países centrais do capitalismo, considerado por *Hobsbawm* como a "Era do Ouro" (1945-1973) do capitalismo do século XX. Nesse contexto, pontificam as políticas keynesianas, restabelecedoras do Estado no papel de principal regulador social.

NEOLIBERALISMO E GLOBALIZAÇÃO

Finalmente, na *década de crise* (*Hobsbawm*, 1996), o *capitalismo desorganizado* surge como reação ao intervencionismo estatal que entra em crise, num processo que tem início na década de 1970 e que prossegue até hoje (quarto triângulo). Este período caracteriza-se pelos ataques ao Estado do bem-estar e, num contexto de globalização crescente, pela volta das teses liberais, ou melhor, neoliberais⁴: Estado mínimo, desregulamentação do mercado, liberdade, desigualdade como valor positivo, flexibilização do processo de trabalho, etc. (*Germano*, 1996:7).

"O neoliberalismo na América Latina como na Europa - *é filho da crise fiscal do Estado* (grifo meu). Seu significado está delimitado pelo esgotamento do Estado do bem-estar social - onde ele chegou a se configurar - e, principalmente, da industrialização substitutiva de importações."

⁴ "O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é *O caminho da servidão*, de Friederich Hayek, escrito em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política" (*Anderson*:1996-9).

(Sader,1996:35). Porém, para Hayek e seus companheiros, as raízes da crise estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira geral, do movimento operário que havia corroído as bases de acumulação capitalista com pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais seus gastos sociais.

A fórmula do remédio recomendado pelos *doutores neoliberais* para vencer a crise contém ingredientes amargos:

1. estabilidade monetária como meta suprema de qualquer governo;
2. manutenção do Estado forte para romper com o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, e minimização em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas;
3. reforma fiscal para incentivar os agentes econômicos. Isto significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. "O crescimento retornará quando a estabilidade monetária e os incentivos essenciais houverem sido restituídos" (Anderson, 1996:11) e o mercado voltar a seu ponto original de condutor da história.

Na atual conjuntura e frente a essas pretensões neoliberais, quais são os atores que entram em cena? Qual o seu lugar? E qual o papel do Estado?

Sem a pretensão de esgotar o quadro das tendências da *nova ordem*, pode-se apontar algumas consideradas fundamentais:

1. grandes empresas transnacionais, como *centro da acumulação e centro de decisões mundiais*;
2. velocidade fantástica no deslocamento de ativos financeiros;
3. centralização do capitalismo numa escala sem precedentes, mediante a formação de blocos;
4. nova divisão internacional do trabalho e do poder com a redefinição espacial e temporal do processo de acumulação;
5. revolução tecnológica nos meios de produção, nos transportes e comunicações;

6. exigência de uma força de trabalho (minoritária) altamente qualificada;
7. *desemprego massivo*, ampliação do trabalho informal-marginal;
8. secundarização do Estado (*Germano, 1996:8*). “Para os neoliberais o Estado é inimigo do progresso e do desenvolvimento”(Sodré, 1996:19).

Convém frisar que uma das características mais marcantes do novo modelo refere-se ao controle exercido por um complexo sistema de redes privadas interligadas sobre a produção e a circulação da riqueza mundial. A rapidez e a eficiência das decisões tomadas no âmbito dessas redes podem provocar a desestatização de sistemas econômicos isolados, conforme ocorreu no México no final de 1994. Praticamente todos os países encontram-se submetidos a tal risco, e as economias mais frágeis estão em maior desvantagem. Quando o “princípio de maximização da acumulação do capital é levado às últimas conseqüências, cabe reconhecer” que a soberania do Estado-nação não está sendo simplesmente limitada, mas abalada pela base. Ao lado disso, em função das novas relações estabelecidas, as organizações multilaterais (FMI, GAT, Otan) passam a exercer as funções de estrutura mundiais de poder” (*Ianni, 1995:34*).

Com apoio em *Germano (1996)*, pode-se afirmar que essa conjuntura expressa uma mudança profunda na relação entre *Estado restrito* e *Estado amplo*. *Estado restrito* é o aparelho político clássico, combinando os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O *Estado amplo* é constituído por este aparato mais as empresas enquanto aparelho de poder.

No estágio inicial da acumulação capitalista, o processo de concentração necessitava da interferência do *Estado restrito* para instauração e desenvolvimento de todas as condições de produção. Hoje, no entanto, a concentração capitalista está em estágio altamente desenvolvido, e as grandes empresas são capazes de se inter-relacionar, sem a mediação do poder político. Por isso, com vantagem em declarar-se neoliberais, condenam o *Estado restrito* à secundarização e ao descrédito (*Germano, 1996:9*).

A contrapartida desse processo, que envolve a crise do Estado do bem-estar, a derrocada do Leste europeu, a crítica neoliberal aos serviços sociais do Estado, a exclusão social decorrente da terceira Revolução Industrial, da globalização e da implementação das políticas neoliberais,

constitui-se como legado um grave quadro social descrito por *Hobsbawm* nestes termos:

Na década de 1980 e início de 1990, o mundo capitalista viu-se novamente às voltas com problemas da época entre guerras que a “Era do Ouro” parecia ter eliminado: desemprego em massa, depressões cíclicas severas, contraposição cada vez mais espetacular de mendigos sem teto e lixo abundante, em meio a renda limitadas de Estado e despesas ilimitadas de Estado. (1995:19).

No Brasil, os indicadores sociais conferem visibilidade ao processo de exclusão. Em 1991, os analfabetos somavam 20% da população total, enquanto que a escolarização dos jovens de 12-17 anos manteve-se na faixa dos 70%. O desemprego alcançou em 1992 a taxa de 14,6%. Os 50% mais pobres do meio rural, que recebiam, em 1986, 8,4% da renda, em 1990, viram decrescer sua participação, que ficou na faixa de 7,0%.

Nesse contexto, o Estado, como ator coadjuvante, reestrutura-se em conformidade com o ideário neoliberal que *Therborn* (1996:35) caracteriza como “uma superestrutura ideológica e política que acompanha uma transformação histórica do capitalismo moderno”.

Nas proposições de outros estudiosos, o “Neoliberalismo não passa de uma fórmula mágica” (*Sodré*, 1996:6) ou um “sistema de receitas práticas para uma gestão pública” (*Thénet*, apud, *Germano* 1996:5), cujas palavras-chave são agilidade, eficiência e eficácia. Não se constituindo em algo que tenha corpo teórico próprio, original e coerente, não passa, na verdade, de

uma ideologia, composta, principalmente, por proposições práticas, reinventando o liberalismo, mas que se atém ao conservadorismo. Assim, as ditas formulações se reduzem a afirmações genéricas de liberdade e da primazia do mercado, do individual sobre o coletivo e do Estado- mínimo como aquele que não intervém no livre jogo dos agentes econômicos. (Germano, 1996:6).

Esse receituário tem sido aplicado em escala mundial, tanto nas políticas sociais como no que concerne aos ajustes econômicos. Desse modo, do ponto de vista dos ajustes econômicos, os governos neoliberais,

contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controle sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram nova legislação anti-sindical, cortaram gastos sociais e, finalmente, lançaram um amplo programa de privatização. (Anderson, 1995:12).

As políticas sociais, em especial na América Latina, têm sido orientadas basicamente para a privatização (lucrativa e não-lucrativa) de serviços sociais; descentralização e focalização de programas sociais de emergência, tendo em vista combater a pobreza e compensar os efeitos sociais negativos dos ajustes econômicos. São emblemáticos a esse respeito o Pacto de Solidariedade do México e o Programa Comunidade Solidária no caso do Brasil, organizados em conformidade com as recomendações neoliberais, especialmente de Milton Fridmann, para que a "ação do Estado no campo social se atenha a programas de assistência - auxílio à pobreza- quando necessário, de modo a complementar a filantropia privada e das comunidades" (*Draibe, apud Germano, 1996:11*).

Surgiram, então, os contrastes mais escandalosos: de um lado, o avanço exponencial das técnicas industriais baseadas no aumento da produtividade, proporcionando uma reordenação do mercado de trabalho; de outro, crescentes ondas de desemprego. Por toda a parte e com repercussão também no Brasil, prega-se e adota-se a tendência para reduzir a seguridade social de forma a proporcionar somente nível de subsistência a quem vive do trabalho.

UMA PALAVRA SOBRE EDUCAÇÃO

A relação entre globalização e educação constitui tema de novo estudo, em fase de elaboração. Apenas para concluir e ao mesmo tempo indicar os rumos das reflexões sobre as questões educacionais, aqui se tecem algumas considerações.

A análise realizada repercute dramaticamente no campo educacional. Há uma visível crise no sistema escolar: falta de verbas, privatizações, baixos salários, perda de pessoal qualificado, queda da qualidade do ensino, etc. Porém, o diagnóstico não pode ficar limitado à constatação dos problemas, sob pena de fragilizar de modo fatal, como vem ocorrendo, os

que se posicionam em favor da escola pública, gratuita, de qualidade e de acesso universal. O diagnóstico necessita ir além da identificação das contradições presentes na escola e examinar a um só tempo as questões relativas à alienação do ensino escolar frente às novas características do mercado de trabalho e do novo panorama sociopolítico.

A globalização capitalista e neoliberal está aumentando as populações pobres e criando uma nova pobreza, embora as forças produtivas estejam desenvolvidas além do real e do imediato dessas populações. “Nesse desencontro entre o real e o possível é que emerge esta nova pobreza, completamente diferente da pobreza de algumas décadas passadas” (*Martins, 1996:5*). Do ponto de vista educacional, os arautos do mercado criaram o ideário de que a pobreza da América Latina decorre da falta de educação da sua população. Contraditoriamente, quebram a escola pública ou lhe sonogam as condições de trabalho eficiente e qualificado.

A crítica ao modelo é necessária, mas não é suficiente para a constituição de uma nova escola, integrada e capaz de contribuir para a construção da cidadania. A travessia para o diferente supõe a práxis comprometida, construtora de alternativas educacionais.

ABSTRACT

Globalization, as a process of economic integration at a world level, is inseparable from the capitalist way of production. Capitalism expands by its very nature, concentrating and centralizing by means of appropriation of more-value.

The structures and functions of the state are redefined in the globalizing process. The wide State yields its place policies, which guide modern liberalism, aim their strategies at profit maximization. Supported by modern technology, these policies are taking large populational sectors to socio-economic, political and cultural exclusion.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILLI, Pablo. (Org.) *Pós-neoliberalismo - as políticas sociais e o Estado Democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p.9-23.
- BRAUDEL, Fernando. *A dinâmica do capitalismo*. Lisboa: Editorial Teorema, 1986.
- HOSBAWM, Eric. *A era dos extremos. O breve século XX. 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, Octavio. *A sociedade global*. 2.ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1993.
- _____. *Teorias da globalização*. 2. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1995.
- GERMANO, José Willington. *Globalização, reestruturação do estado e políticas neoliberais*, 1996 (manuscrito).
- MARTINS, José de Souza. *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- OUTHWAITE, William e BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- SADER, Emir. A hegemonia neoliberal na América Latina. In: GENTILLI, Pablo (Org.) *Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado Democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A farsa do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1996.
- THERBORN, Göran. A crise e o futuro da capitalismo. In: GENTILLI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- WALLERSTEIN, Imanuel. *O capitalismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. *El moderno sistema mundial*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1979.